

A FOTOGRAFIA COMO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO POPULAR: CAMINHOS PARA A CIDADANIA

Bibiana de Paula Friderichs¹

“Vivenciar passar a ser recombinar constantemente experiências vividas através da fotografia. Conhecer passa a ser elaborar colagens fotográficas para se ter ‘visão de mundo’. Valorar passa a ser escolher determinadas fotografias como modelos de comportamento, recusando outras. Agir passa a ser comportar-se de acordo com a escolha”.

FLUSSER

Resumo: Investigar os espaços e os modos de constituição da cidadania. Delinear o potencial da imagem e, sobretudo, do olhar fotográfico. Essas são as matrizes imbricadas na construção do seguinte artigo, inter-relacionadas a partir de uma proposta de investigação-ação realizada no bairro Leonardo Ilha (Passo Fundo/RS) em 2003. O texto a seguir revisa, sob a perspectiva e os pressupostos da cidadania, uma vivência, na qual pesquisadores e moradores estabeleceram um diálogo através de fotografias, registrando e discutindo aspectos referentes ao seu cotidiano, estabelecendo um espaço onde os diferentes sujeitos têm a oportunidade de contribuir com o debate público sobre a dinâmica social.

Palavras-chaves: comunicação, cidadania, fotografia.

1. Introdução

O presente artigo emerge a partir das relações estabelecidas entre dois estudos ainda incipientes e que, certamente, merecem uma atenção maior. O primeiro deles corresponde a uma proposta de investigação-ação realizada, durante o segundo semestre do ano de 2003, junto aos moradores do Bairro Leonardo Ilha, localizado as margens da BR 285, no município de Passo Fundo/RS, que tinha como objetivo verificar o potencial da fotografia como veículo de comunicação popular. Já o segundo, ainda mais recente, relacionado aos pressupostos, discussões e descobertas feitas a partir dessa experiência a cerca dos espaços/modos através dos quais podemos viabilizar o exercício da cidadania.

Dois estudos, uma inquietação. Mesmo tendo chegado em momentos alternados, ambos, inegavelmente, são relativos à necessidade latente de organizar espaços de comunicação cada vez mais democráticos, de possibilitar que diferentes grupos presentes no ambiente social possam discutir as questões da cotidianidade num palco comum e de localizar o papel do mediador no fluxo dessa dinâmica. Não se trata apenas de explorar novos meios, mas de promover novos processos.

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e professora do curso de Comunicação Social da Universidade de Passo Fundo.

O fato é que a comunicação de massa – modo dominante da esfera pública –, assim como está constituída, numa perspectiva significativamente vertical, não dá conta da vastidão do mundo social e da complexidade das relações estabelecidas por seus personagens. Há, ainda hoje, a negação do exercício de expressão, da condição de emissor de mensagens e das possibilidades de entender criticamente o real escamoteado pelo consumo e propagado pelos veículos de comunicação. Em outras palavras, poderíamos afirmar que o espaço público configurado pelos meios, tornou-se um cenário onde prevalece à negação do exercício da cidadania, quando, ao contrário, deveria ser o lugar de sua constituição.

Os *mídia* fazem um papel de mediação entre a realidade e a comunidade de espectadores/leitores, retransmitindo, cotidianamente, uma construção do real, isto é, os meios (ou seus controladores) selecionam apenas alguns, dos muitos fatos e situações decorrentes na cena real, decodificam-nos e estruturam-nos, formando mensagens e programas, que serão difundidos refletindo a ideologia, a estética e as intenções que esses lhe atribuem. Assim organizados, não favorecem a difusão de informações politicamente úteis e nem a possibilidade de expressão cultural da grande maioria dos sujeitos presente no ambiente social, fazendo com que a comunicação definida por Beltran (apud Kaplún, 1985) como uma “interacción social democrática, basada em el intercambio de signos, por el cual los seres humanos comparten voluntariamente experiencias bajo condiciones libres e igualitárias de acceso, diálogo y participación”, acabe deturpada. O processo comunicativo evidenciado, atualmente, não é nem democrático nem igualitário.

Todavia, são precisamente os processos democráticos que garantem o exercício da cidadania, logo, se eles inexistem – fundamentalmente nas práticas comunicativas que dominam a esfera pública – os indivíduos que dela fazem parte também não exercem sua cidadania com plenitude. Aliás, democracia e cidadania nasceram juntas durante a Antigüidade Clássica e, por isso, estão intensamente ligadas pela noção de *polis*, pelo sentimento de pertença, liberdade, participação e direitos, consolidados através do diálogo num espaço social comum. Visto sob esta perspectiva, podemos inferir que o empobrecimento do espaço público provocado pela mídia através dos processos de negação dos espaços de expressão e imposição do consumo, reflete numa crise democrática e, conseqüentemente, na subversão da prática cidadã.

Nas democracias ocidentais realmente existentes, a esfera pública de legitimação democrática ruiu sob o impacto da mídia, do crescimento das corporações empresariais e das organizações político-empresariais, como lobby, por exemplo. O cidadão autônomo, cujo julgamento racional e participação eram condição *sine qua non* da esfera pública, foi transformado em cidadão-consumidor de imagens e mensagens transmitidas por grandes lobbies e organizações (VEIRA 2001, p.63).

A cidadania faz parte de um processo histórico que busca construir um lugar privilegiado de ação coletiva, onde os diferentes sujeitos imbricados pelas redes de sociabilidade possam compartilhar os problemas da cotidianidade e acessar informações relevantes para a

manutenção da vida. Por isso, como defende Gentilli (2002), o acesso a informação e os meios de comunicação dilatam-se enquanto direitos. E é por isso também que constatamos o domínio destes meios na esfera pública. Afinal, o processo comunicativo é o canal pelo qual os padrões da vida social e cultural e os debates a cerca dos conflitos gerados pela pluralidade de grupos presentes neste ambiente, são transmitidos de geração para geração em forma de mensagens. É através desse espaço, e de toda informação que nele circula, que tais grupos elaboram a diversidade e deliberam sobre os assuntos que afetam a coletividade, construindo e legitimando identidades, representantes, e uma série de normas que regulam o *mundo vivido*. Estamos falando da esfera pública e da necessidade da participação igual dos indivíduos sociais nos processos de decisão política.

La idea de que existen lugares institucionales em los que toma forma una política popular em virtud de la participación activa de los ciudadanos em procesos políticos llega a ser decisiva em toda concepción de sociedad ideal. [...] El concepto de espacio público puede utilizarse – y este es em geral el sentido que se le da – como sinónimo de los procesos de la opinión pública e de los propios medios de información (DAHLGREN, 1997, p.246).

Dito de outro modo, cidadania implica em participação, não apenas como recepção, mas como produção. Produção esta, afetada pelas condições de comunicação pré-estabelecidas, determinada pela pré-cidadania, ou melhor, pela cidadania empobrecida, pela meia participação, só pela recepção. Para Telles (2001), o Brasil encerrou a década de 1980 como uma sociedade que se fez moderna, se industrializou, se urbanizou, gerou novos padrões de mobilidade e de conflito social, mas carrega como paisagem, uma pobreza persistente. Os pré-cidadãos brasileiros são pobres não apenas porque nada tem, mas que pré-produzem informação/expressão e, também, porque vêem os pequenos espaços que já haviam instituído serem deteriorados.

É diante deste quadro contextual que nos encontramos e buscando revertê-lo que propomos a revisão de uma pesquisa de investigação-ação em comunicação popular sob o prisma da cidadania. Estamos falando em espaços comuns de debate, em coletividade, em cidadania e nenhuma outra modalidade de comunicação contempla de modo tão abrangente estes elementos.

2. Cidadania e comunicação popular: as medidas do possível

Em primeira instância, falar em comunicação popular remete a pensar numa comunicação do povo, e isso acontece porque o *latu* senso, inconscientemente, relaciona a palavra povo á palavra popular. E de fato estão intrinsecamente associadas; etimologicamente a segunda deriva da primeira. Contudo o sentido da palavra povo, que certamente influencia sua descendência, é conflitivo, mutante e não se instala mais na tradicional oposição elite e classe subalterna.

O afã de referir e explicar a diferença cultural pelas diferenças de classes impedirá de se pensar a especificidade dos conflitos que articula e dos modos de luta que a partir daí se produzem, o papel das identidades socioculturais como forças materiais no desenvolvimento da história (...) Em última instância trata-se da impossibilidade de remeter todos os conflitos a uma só contradição e de analisá-los a partir de uma só lógica: a lógica interna das lutas de classes (BARBERO, 1997, p.39).

Corroborando com Barbero, Peruzzo (1998) também alerta que povo não é uma categoria de análise pré-fixada. "É preciso apanhá-lo, como uma realização histórica, cuja composição e cujos interesses variam em função de fatores determinantes, estruturais e conjunturais, **constituindo-se sempre num todo** plural e contraditório" (p.117)(**grifo nosso**). O que nos permite inferir que, em última análise, povo são todos os sujeitos presentes no cenário social. Uma multidão de gente, formada por pequenos grupos com valores, tradições, costumes, crenças e expressões artísticas distintas, vinculadas, entre si, pelo viver comum. Essa convivência é proporcionada pelo território que dividem e pelas convenções que estabelecem a partir dele.

Nesse sentido, a comunicação popular sendo uma comunicação do povo é, por pressuposto, uma comunicação cidadã, pois cidadania também corresponde a um todo plural. Conforme Damatta (1987), como cidadãos, os indivíduos carregam uma bagagem de conhecimento/comportamento peculiar, constituída de modo contextualizado, por isso tem necessidades bastante específicas. Contudo, 'pertencem' a um espaço eminentemente público e definem sua participação através de um conjunto de direitos e deveres em relação a todos os outros indivíduos, ou seja, em relação ao que, igualmente, devem ou podem ter. A cidadania, assim como o direito a informação, expressão, participação não é um privilégio deferido a determinadas pessoas porque tem certa idade, por causa da cor da sua pele ou porque têm determinado conhecimento. Ela deve ser garantida à todos, de modo sistemático e igual.

Embora a operação dos meios possa estar a cargo de "algumas pessoas", temos de adotar modalidades de comunicação que busquem promover a participação de todo o grupo na elaboração da mensagem. Conforme Matta (apud COGO, 1998), trata-se de numa definição/ação fundamentada no processo de produção, circulação e uso de informações e idéias, disparado por essas "algumas pessoas".

A comunicação popular é uma modalidade intimamente ligada ao exercício da cidadania, pois privilegia a identidade de cada grupo social, à participação de todos na seleção de informações e na elaboração da mensagem, à troca de experiências entre os diferentes grupos e a reflexão sobre o trabalho do "comunicador" nesse universo. Sua prática se consolida a partir da escolha dos modos de fazer comunicação, muito mais do que dos meios através dos quais ela se efetiva, o que não significa ignorar a necessidade de haver uma coerência entre meios e modos. A propósito, é quando Kaplún se propõe a pensar sobre a existência de um comunicador popular que os primeiros contornos da própria comunicação popular são melhor delineados.

Por ahí comiezo y debe comenzar un proceso de comunicación popular (...) La función del comunicador es el de reconocer las experiencias de la comunidad, seleccionadas, ordenarlas y organizarlas y, así estructuradas, devolverlas a los destinatarios, de tal modo que éstos puedan hacerlas conscientes, analizarlas y reflexionarlas (...) El es de alguna manera co-autor del mensaje (KAPLÚN, 1985, p.101).

Se por um lado temos uma esfera pública dominada pela comunicação de massa e pelos processos técnicos que ela implica, devemos ter, por outro, profissionais dispostos a utilizá-los em favor da participação popular nos modos de organização e compreensão da infinidade de informações difundidas. Utilizando diferentes suportes, ele será o responsável por envolver os diversos segmentos da sociedade na seleção e estruturação das informações veiculadas, para então colocar os valores e manifestações culturais emergentes em um palco comum, de modo que as experiências bem-sucedidas poderão ser repetidas, a busca por novas e eficientes soluções será discutida por todos e as manifestações artísticas serão valorizadas.

A comunicação popular se instala justamente para possibilitar o diálogo entre os grupos (entre os diferentes bairros, por exemplo) presentes no ambiente social, popularizando e democratizando os espaços de expressão, ao mesmo tempo em que responsabiliza esses indivíduos pelo universo que os cerca.

Como se ha visto, tiene que ser así, participatório, no solo por una razón de coherencia con la nueva sociedad democrática que busca construir, sino también por una razón de eficacia: porque solo participando, involucrándose, investigando, haciéndose preguntas y buscando respuestas, problematizando y problematizándose, se llega realmente al conocimiento (KAPLÚN, 1985, p.53).

Entretanto, promover a constituição de um espaço com esse, consolidar uma prática comunicativa dessa natureza, exige uma permanente experimentação, investigação, reflexão, tendo em vista a dinâmica dos territórios de pesquisa em comunicação e seus paradigmas. Há na comunidade científica um consenso quase incontestável sobre o caráter híbrido da comunicação. Primeiro, porque o fenômeno comunicacional se faz presente e interfere em vários setores da vida pública e privada e em várias áreas de conhecimento; depois, porque parece situar-se na encruzilhada de várias disciplinas e ciências já conceituais ou emergentes, desencadeando e justificando a revisão do estudo proposto sob a perspectiva da cidadania.

3. Metodologia

As opções metodológicas apontam para a contribuição significativa da pesquisa no processo de compreensão do fenômeno comunicativo e refletem o compromisso do pesquisador com a problemática social instalada por sua dinâmica. É precisamente sobre essas opções que queremos falar: por que pesquisar os processos desencadeados por uma *comunicação popular*? Como realizar esta pesquisa? Quais as relações entre *comunicação popular, fotografia e cidadania*?

O popular, na comunicação, mais claramente, a fotografia como veículo de comunicação popular, não se define por sua origem – até porque, originalmente, ela é um

veículo de expressão individual – mas por seu uso. Sua técnica, mesmo que superficialmente, é conhecida e familiar a grande parte da população – quem nunca posou para uma fotografia ou realizou um retrato? – e sua linguagem, caracterizada pela expressão através da imagem retoma o princípio do olhar². Unindo a técnica e a linguagem, temos um veículo que permite selecionar as cenas olhadas, registra-las, e com os fragmentos assim contidos, repensá-los, favorecendo a reflexão, condição fundamental da ação cidadã, quando os sujeitos reconhecem os fazeres e os ‘espaços’ que ocupam na sociedade moderna.

A fotografia transforma-se em veículo de comunicação popular pelas possibilidades, pela disponibilidade dos sujeitos de pensar coletivamente. Trata-se de um processo constituído pelo ambiente onde se situa e pelas formas através das quais ajuda a constituí-lo. O que permite a pesquisa encontrar, além do suporte fotográfico, o bairro como nicho ideal para seu disparo. Podemos estabelecer, a partir desses dois elementos, o bairro e a imagem fotográfica, muitas relações entre cidadania e esfera pública, pois assim como na comunicação popular, nos caminhos da cidadania são os sujeitos sociais que determinam o que é espaço público, na medida em que conferem legitimidade a determinados lugares através do diálogo e do debate.

Nesse sentido, vale dizer: o bairro faz parte da arquitetura urbana oficial e é durante o trânsito diário de seus usuários pelas ruas que cada comunidade, em particular, estrutura padrões de ação peculiares, constitui uma identidade local, colocando em comum as realidades e necessidades de seus moradores, fazendo público seus projetos diante do conjunto da sociedade.

O bairro aparece, então, como o grande mediador entre o universo privado da casa e o mundo público da cidade. (...) A rua não é puro espaço de passagem, mas lugar de encontro, de trabalho e de jogo. (...) A denúncia abre-se à poesia popular e enche-se de densidade política (BARBERO apud PERUZZO, 1998, p.138).

Nas ruas do bairro Leonardo Ilha – espaço em foco neste trabalho –, a esfera pública, cerceada pelos meios de comunicação de massa, começa a ser elaborada pelos sujeitos sociais. Por isso é preciso inquietar seus transeuntes/cidadãos e colocar também esses meios à serviço da participação na construção do destino social comum. Mais do que isso, possibilitar que assumam funções que anteriormente, ou não desempenhavam de maneira alguma, ou o faziam de modo ocasional.

Nesse sentido, a fotografia (elemento constitutivo do projeto que realizamos) está, definitivamente, inserida na história como um veículo de comunicação em todas as atividades humanas, mesmo que pouco utilizada como meio de expressão formal das modalidades alternativas de comunicação. Fotografar é uma forma de olhar pessoas, contextos sociais; de ler o bairro, sua população, sua arquitetura, suas configurações humanas. Fotografar é uma forma de construir textos, não apenas sobre o urbano, mas como habitante dele, alguém que transita em seus espaços públicos e privados.

² Nossa leitura sobre o real depende, em certa medida, daquilo que vemos ao nosso redor.

Por isso, desencadear práticas de comunicação que privilegie a cidadania pressupõe, também, um comunicador cidadão, consciente de todo o processo que pode e deve disparar. Ele tem o papel de mobilizar, organizar e apoiar a ação popular, através do reconhecimento de sua realidade, da seleção, estruturação e circulação de mensagens e informações que atendam a seus interesses e através da organização de processos que permitam a esses mesmos grupos produzir suas próprias mensagens, distribuí-las, analisá-las e repensar as relações e a dinâmica instalada no espaço da vida comum.

Segundo Vizer (2003) existe, nesse sentido, uma ligação íntima entre comunicador e comunidade, um diálogo permanente e uma necessidade de intervenção cotidiana na realidade que os circunda, como sugere a proposta de *investigação-ação*. Sua especificidade é, precisamente, que as decisões acerca dos quatro passos metodológicos – observação participante, descrição, interferência e interpretação – não pertencem exclusivamente ao investigador. Ele mesmo, inclusive, é quem deve desenvolver estratégias que garantam um trabalho conjunto e cooperativo com os “outros”. O método trabalharia, basicamente, sobre as interpretações da comunidade *em foco*, sua auto-imagem, suas angústias, desejos, modos de ler e/ou compreender o real. “El objetivo no es solo conocer, sino el conocer para transformar” (VIZER, 2003, [s/p]). Uma proposta que exige dos pesquisadores ver o grupo *em foco* a partir de seu fluxo interno, fazer parte dele.

Cogo (1998) lembra que é indispensável entender e resgatar os valores que perpassam o cotidiano e o imaginário tanto de emissores quanto de receptores, melhor seria dizer, dos interlocutores, e que depois vão se modificando, de algum modo, através das mediações. Portanto, é do pesquisador os primeiros registros fotográficos, os primeiros textos formais, a primeira exposição. Além da interação pessoal (incursões pelo ambiente físico, conversas, entrevistas), mediador e comunidade vão estabelecendo diálogos através das fotografias, falas impregnadas de subjetividades num espaço plural.

A busca de uma fala pessoal e afetiva, longe de ser um obstáculo ou algo a ser evitado, tem o papel estratégico de aproximar conhecimento e a existência singular e concreta de cada pesquisador, explicitando seu lugar de fala, seus limites e possibilidades (...) tem ainda, o papel político de incorporar o cotidiano e os afetos como forma de explicitar atores sociais excluídos, vozes ou práticas retiradas das estratégias acadêmicas tradicionais, silenciadas por um sujeito impessoal e universal do conhecimento (LOPES, 2002, p.164).

Para tornar essa relação ainda mais evidente, num segundo momento, os moradores foram convidados a fazer seu próprio registro visual das movimentações naturais (políticas, culturais, de trânsito) e dos eventos que marcavam o dia-a-dia dos sujeitos que, costumeiramente, compartilham aquele ambiente social. Dentre os 109 visitantes da primeira exposição (aquela organizada com as fotografias do pesquisador) no Espaço Cultural Jorge Amado (uma biblioteca comunitária mantida pelos moradores do bairro Leonrado Ilha) três moradores voluntariamente aceitaram o desafio: Joselina Garsão dos Santos, Jorge Luiz da Veiga e Darlan Anholetto de Oliveira. Esses, munidos de equipamento fotográfico, saíram

caçando (para usar o termo de Flusser, 2002) pelas ruas, cenas que pudessem traduzir, em primeiro lugar, o cotidiano da comunidade residente no bairro a partir de uma perspectiva individual, mas com vistas ou coletivo, e, em segundo, dentre todas as informações visuais disponíveis, as que fossem mais relevantes.

A possibilidade de agir, escolhendo uma ilustração, leva o *aprendendo* a mobilizar seus conhecimentos iniciais e expressar suas representações de um universo que reage iconograficamente. [...] a imagem acionada pelo ato consciente do *aprendendo* torna possível, por sua essência icônica, a conceitualização imediata e, de certo modo, concreta, de um fenômeno abstrato [que é a dinâmica social] (ELHAJJI, 2002, p.121) (grifo nosso).

Enfim, o uso dos diferentes suportes de informação e suas respectivas linguagens permite a interpretação e a reelaboração do real. São espaços de interação hierárquicos, onde a construção do conhecimento substitui a tradicional transmissão vertical de informações, contendo uma potencialidade quase 'subversiva' de transformar o receptor em ator responsável pela troca e pela avaliação de sua própria produção. Kossoy (2000) destaca que o assunto, tal como se acha representado na imagem fotográfica, resulta de uma sucessão de escolhas, idealizadas e conduzidas pelo fotógrafo –, seleções essas que ocorrem concomitantemente entre si, determinando o caráter da representação.

Assim, após a segunda exposição, essa com as imagens registradas pelos moradores, organizamos um debate registrado através de depoimentos, com o objetivo de aprofundar/esclarecer algumas das escolhas feitas pelos fotógrafos. É a combinação destas imagens e com os depoimentos que subsidia nossa análise. Entretanto, considerando que o presente artigo busca delinear as relações entre os sujeitos excluídos das condições de produção nos veículos massivos e, portanto, excluídos também dos debates da esfera pública, travados através dos discursos por eles difundidos; e a ação cidadã consolidada por modalidades alternativas de comunicação; optamos por omitir o processo de registro estruturado inicialmente pelo comunicador-cidadão e contemplar de modo um pouco mais detalhado a prática desencadeada pelos moradores do bairro. A última etapa deste artigo fala, então, sobre as fotos³, a fala desses personagens, que com seus registros fizeram uma leitura do cotidiano desta comunidade, e, deste modo, acabaram interferindo em sua dinâmica.

4. A comunidade exercendo a cidadania, fazendo comunicação

O primeiro aspecto que deve ser destacado diante das imagens produzidas por estes sujeitos, diz respeito ao significado do todo, ou seja, da reunião destas imagens. Apesar da possibilidade de uma leitura isolada de cada fotografia, é o seu conjunto que lhe impregna de sentido. Joselina (depoimento em outubro de 2003) evidencia essa constatação, quando relata: "Em primeiro lugar tirei algumas fotos também aqui dentro da creche, internamente, das crianças, das mulheres, para mostrar o trabalho dessas mulheres, que é um trabalho

³ As fotos apresentadas neste artigo são amostras da totalidade de fotos produzidas pelos moradores, de modo a ilustrar o estudo proposto.

magnífico.” (Fig. 1, 2). Para Joselina, uma única fotografia não daria conta de indicar o pluralidade de ações e pessoas que estão envolvidas com a manutenção da creche comunitária, nem mesmo indicaria a necessidade de um grupo de pessoas para dar conta desta tarefa.



Figuras 1 e 2 – imagens das mulheres e das crianças da Creche Comunitária Leonardo Ilha. Fotos: Joselina Garzão.

Darlan (depoimento em outubro de 2003) também usa este argumento: “O bairro Leonardo Ilha é muito próspero (...) eu fotografei o bairro todo pra mostrar o tamanho, como ele está crescendo”. Em suas palavras e imagens (Fig. 3, 4 e 5), também podemos perceber o reconhecimento, mesmo que empírico, do morador dos recursos da linguagem fotográfica. Para ele existe uma ligação entre a cena fotográfica capturada e o olhar do fotógrafo. Assim como era impossível enxergar as dimensões do bairro a partir de um único ângulo e concluir depois dessa visão que ele estava em expansão, provavelmente, também não seria possível transmitir essa informação, de modo convincente, com apenas uma fotografia. Seria preciso capturar diversos fragmentos, para que, organizados seqüencialmente, permitissem a noção do conjunto.



Figura 3, 4 e 5 – imagens sobre a extensão do bairro Leonardo Ilha. Fotos: Darlan Anholeto de Oliveira

Independentemente da coerência desta lógica de registro – correta ou equivocada, podemos desde já atestar sua validade. A opção de Darlan e, também, de Joselina, aponta pra dois pressupostos essenciais do processo comunicativo, a presença da intenção e a preocupação com o modo de construção e leitura da mensagem. Para que haja comunicação, não basta que os sujeitos produzam textos fotográficos, é fundamental, que o ‘outro’, o ‘público’, o ‘leitor’ possa, de algum modo, inferir significados, e que esses significados não sejam completamente distintos daqueles propostos pelo autor.

Por isso, aqui, o fotógrafo se apresenta como um sujeito que busca deixar a maioria das intenções indicadas pela própria imagem. São pistas dos caminhos que percorreu durante a produção do texto e que o leitor deve seguir para construir seus sentidos. É na fotografia que o

emissor projeta sua fala e é também nela que o destinatário encontra uma imagem adequada de si mesmo e de quem lhe dirige a comunicação. Portanto, se a noção de texto permite uma cadeia infinita de interpretações, é necessário que o fotógrafo intervenha de algum modo no sentido de limitar essa infinidade, excluindo assim “qualquer” tipo de interpretação em função das intenções do leitor.

Toda mensagem, em quaisquer tipos de signos, verbais, visuais ou mesmo sonoros, está sempre preñe de índices contextuais, situacionais, históricos, culturais, ideológicos, políticos, de modo mais ou menos explícitos, para o contexto representado na mensagem (SANTAELLA, 2001, p.91).

Outro pressuposto que podemos observar na ação (imagem/fala) dos moradores participantes da pesquisa é relativo a modalidade de comunicação popular (Fig. 6 e 7) e refere-se a disposição de pensar na coletividade: “Fotografei o rio também, que é um rio que está sendo poluído (...) não é tanto pelo bairro Leonardo Ilha, mas por outro bairro pela qual ele passa (...) Fotografei, também, a rua que está bastante esburacada, tem esgoto correndo a céu aberto (...) Olha, eu pediria pra que todos do bairro colaborem, principalmente, com o desenvolvimento do bairro. Que ajudem na preservação, tentando não poluir tanto.”



Figura 6 – imagem de crianças brincando na água do esgoto que corre pelas ruas. Foto: Darlan Anholetto de Oliveira.



Figura 7 – imagem do córrego poluído que passa ao lado do bairro. Foto: Darlan Anholetto de Oliveira.

Para entender a dimensão desta perspectiva, ou seja, da necessidade de agir percebendo e considerando a pluralidade de sujeitos, grupos e/ou comunidades presentes num mesmo cenário social, quando utilizamos meios de comunicação para discutir politicamente as questões da vida, recorremos a Bordini e Aguiar (1993). Elas afirmam que, é através da produção e leitura de mensagens, que o homem estabelece elos com as manifestações socioculturais que lhe são distantes no tempo e no espaço, certifica-se de seu conhecimento de mundo e dos outros homens e amplia os saberes que daí decorrem, permitindo-lhe compreender seu papel como sujeito histórico e construir regras que organizem a civilização. Em outras palavras, o exercício da cidadania implica na emissão de textos públicos, num espaço público, para discutir questões de interesse público e resolve-las coletivamente, assim como se propõe Darlan e Joselina ao optarem por determinadas imagens.

As questões levantadas por sua participação nesta pesquisa, reforçam a idéia de que fazer comunicação popular significa aprender a participar politicamente da leitura do bairro, da leitura da escola para seus filhos e das mudanças que podem surgir a partir dessa leitura; ou,

como diz Peruzzo (1998) fazer comunicação popular significa apresentar sua canção, seu desejo de mudança, a denúncia de condições indignas, a exigência dos direitos de usufruir a riqueza gerada por todos. (Fig. 8)

Acho que a gente merecia um pouco mais de atenção e nessas fotos eu tentei relatar isso [...] Eu quero mostrar mais uma vez que eu não estou mentindo, que quando eu vou pra imprensa e digo: lá no Leonardo Ilha tem um povo que trabalha, que se organiza, que criou uma creche e que a mantém, tem um espaço cultural, biblioteca própria, tem uma fábrica de roupas, mas não tem um esgoto, não tem uma escola decente pros seus filhos, não tem iluminação direito nas ruas, não tem asfalto nas ruas. O Que é que está acontecendo com essa comunidade? Por que está sendo abandonada? [...] nós também pagamos impostos como os outros; nós também temos direito de receber os benefícios que o poder público deveria “dar”. Nós estamos abandonados (JOSELINA, out. de 2003).

Essa fala aponta para um sentimento de impotência, crescente na comunidade, principalmente, quando as imagens selecionadas referem as diversas ações propostas pelos moradores que buscam reverter uma situação de abandono, mas que não encontram respaldo junto às lideranças municipais. São processos desencadeados na esfera pública do bairro, mas ignorados pela esfera pública da cidade. Entre essas ações, destacamos a criação de uma creche, uma biblioteca e uma fábrica de roupas, construídas e mantidas pela própria comunidade, hoje formada por aproximadamente 500 famílias.



Figura 8 – imagem de uma família residente no bairro Leonardo Ilha. Foto: Joselina Garzão.

Essa pobreza, esse abandono que transparece de modo vívido nas falas/imagens de Joselina, também são explicados por Telles (2001). Segundo, seus escritos, trata-se de cidadãos abandonados pelo Estado, deserdados, sem garantia de retorno, mesmo acreditando cumprir uma espécie de contribuição/fiscalização pública através do imposto e do voto. As imagens registradas apontam para homens, mulheres e crianças, privados de sua identidade e do próprio sentimento de pertença, pois foram pasteurizados como paisagem pelo discurso predominante na esfera pública: a eles cabe o papel do “carente”, aos outros o papel de “ajuda”. São sujeitos que aos poucos podem deixar de reclamar sua autonomia, vagando por um fluxo descontínuo da rua, perdendo gradualmente a consciência do direito de ter direitos e depositando no outro a sustentabilidade.

São os pobres, figura clássica da destituição. Para eles, foi reservado o espaço da assistência social, cujo objetivo não é elevar a condição de vida, mas minorar a desgraça e ajudar a sobreviver na miséria (Sposati, 1988). Esse é o lugar dos não-direitos e da não-cidadania. É o lugar no qual a

pobreza vira “carência”, a justiça se transforma em caridade e os direitos, em ajuda a que o indivíduo tem acesso, não por sua condição de cidadania, mas por dela estar excluído (...) aqui é a própria noção de responsabilidade pública que se dissolve, como se fossem naturais os azares do destino que jogam homens, mulheres e crianças para fora da sociedade (Telles, 2001, p.26).

Nesse sentido, a educação, aparece como um contraponto à pobreza. A construção da escola (Fig.9) no centro do bairro e, também, das imagens escolhidas por nossos personagens, assim como a criação espontânea de outros espaços de ensino informal neste universo – como a creche (Fig.10) e o espaço cultural (Fig.11) –, mobilizados unicamente pelo esforço da comunidade, emergem como representações de resistência, de crescimento e resgate da cidadania através da cultura. Por isso é um tema recorrente nas imagens e nas falas dos atores desta pesquisa. Para eles contar, fisicamente, com a presença dos processos de educação/legitimação, no bairro, é um indício de progresso e qualidade de vida, um exemplo, um orgulho a ser valorizado. Elas reforçam seu papel enquanto espaço de personificação do progresso e, principalmente, como ponto de partida para a formação de leitores críticos, embasados pelos ciclos de produção e recriação do conhecimento. “A escola pode ler e analisar os problemas da realidade circundante e acionar os seus conhecimentos e/ou os seus recursos no sentido de tentar minimizar ou resolver esses problemas” (SILVA, 1993, p.1).



Figura 09 – Escola Municipal de Ensino Fundamental Eloir Pinheiro Machado. Foto: Darlan Anholeto de Oliveira.



Figura 10 – frente da Creche Comunitária Leonardo Ilha. Foto: Darlan Anholeto de Oliveira.



Figura 11 – crianças visitando o espaço Cultural Jorge Amado (ao fundo). Foto: Jorge Luiz da Veiga.

Eu levanto cedo, pego meu bebê e levo pra creche. A creche que eu ajudei a construir, que está lá (...) Fotografei, principalmente, a creche, que é um dos orgulhos do Leonardo Ilha. Foi construída com a força da comunidade e alguns empresários que doaram material, isto (Darlan, depoimento em out. de 2003).

Mas não são só as semelhanças que identificam as comunidades. Flusser (2002) diz, que é também a descoberta de que uma situação está cercada de inúmeros pontos de vista, acessíveis e equivalentes. Os leitores hesitam quando descobrem que o fragmento apresentado é apenas uma escolha entre tantos pontos de vista possíveis e é esta dúvida, este estranhamento, que promove a reflexão. É indispensável, num processo de comunicação dessa natureza, que alguém inquiete as perspectivas acomodadas em determinados grupos e o faça através das mensagens que estrutura e emite. Por isso priorizamos os modos participativos, proporcionado à diversos atores a oportunidade de interferir na seleção, organização e constituição das informações, fatos e assuntos veiculados.

No caso da investigação recorrente no bairro Leonardo Ilha, poderíamos destacar, como exemplo, as opções e perspectivas desveladas por Jorge, em oposição a Joselina. Apesar de reconhecer as dificuldades, Joselina aposta e tem orgulho da comunidade em que atua, por isso além das imagens de denúncia também realizou fotografias sobre a ação comunitária desenvolvida na creche, como já mostramos anteriormente.

É uma coisa interessante, porque é muito bonito isso que acontece aqui dentro. Sabe, não é você viver isolado no teu mundo, viver em comunidade é trocar idéias, é conversar, é discutir com os outros, é ajudar. Isso que me fascina aqui nesse bairro. Tem diversos problemas? Têm, como em todos os bairros tem, mas aqui nós temos um grande companheirismo (Joselina, depoimento em outubro de 2003).



Figura 12 – imagem da produção de um documentário organizado pela UPF sobre o bairro. Foto: Joselina Garzão.

Já, as imagens de Jorge (Fig. 13), apontam para a ausência de consciência por parte da maioria da comunidade.

Eu vim pra cá porque achava o bairro tranqüilo, mas me enganei. encontrei muita coisa que me decepcionou: o desleixo, as ruas abandonadas, cachorrada, animais, cavalos, vacas, a perturbação noturna, o som, cachorro uivando, isso incomoda muito (...) Eu pela primeira vez participei de uma reunião e dava para contar as pessoas. Mas isso é uma coisa comunitária, então deveriam todos vir, porque todos foram convidados. Ninguém se interessa (depoimento em outubro de 2003).



Figura 13 – imagem de moradores largando o lixo na rua Dalsídia Gasparoto. Foto: Jorge Luiz Veiga.

Contudo, antes de prosseguir essa reflexão, devemos alertar que, embora tenhamos apontando para estes contra-pontos, não estamos tentando estabelecer qual deles é verdadeiro, mas mostrar a potência de determinadas imagens, ou melhor, da seleção de algumas cenas em detrimento de outras - elas podem promover a discussão, a reavaliação de um conceito ou de uma situação pré-estabelecida. Repensar as ações cotidianas, relacioná-las ao benefício de outros sujeitos com quem se divide o espaço social é um passo importante para mudar tais ações. Mas isso só é possível através da expressão compartilhada; por isso falamos em uma comunicação genuinamente social.

Assim, a construção do cotidiano nas cidades está marcada por diferentes linguagens simbólicas que são expressas por meios de códigos. Quando comuns, conferem uma identidade e,

conseqüentemente, o estabelecimento de uma rede social, a sociabilidade entre os pares. Este fato acaba definindo um pedaço circunscrito num espaço urbano também específico (CARDOSO, 2002, s/p)

Cada morador vai reconstruindo, particularmente, seus conceitos visuais sobre espaços diariamente visíveis do bairro e, na mesma intensidade, dividindo suas certezas e inquietações com o outro, através da fotografia realizada e exposta. Essa construção acontece a partir de uma noção clara de relato, de depoimento visual. Joselina é quem diz: “*Então tentei relatar, tirar fotos desses pontos ai, pra que a gente pudesse discutir mais e ver mais o que ta acontecendo*” (depoimento em outubro de 2003). E, reforçando esta postura, Jorge mostra (Fig. 14, 15 e 16) e depõe:



Figura 14 – mulheres trabalhando na fábrica de roupa Leonardo Ilha. Foto: Jorge Luiz da Veiga.



Figura 15 – família tomando chimarrão no final da tarde. Foto: Jorge Luiz da Veiga.



Figura 16 – poço negro, aberto, próximo a calçada. Foto: Jorge Luiz da Veiga.

Bom, eu fiz um pouco de cada coisa: o cotidiano, as pessoas no seu lazer, outros problemas, os cães, as crianças, o que nós temos aqui no bairro, mercados e pontos, firmas, trabalho que eu acho importante. Fiz algumas fotos por necessidade, para mostrar coisas que precisam ser corrigidas, como a rua que está uma anarquia, esburacada e os carros não podem trafegar (Jorge, depoimento em outubro de 2003).

Essas categorias, estabelecidas pelo fotógrafo, contemplam os diferentes espaços do ambiente social, por onde circulam seus atores, instalam-se conflitos, emergem interesses. Referenda-los em seus registros significa depositar sobre as cenas produzidas em seu interior um olhar aguçado, identificando sua importância no trânsito da cotidianidade. Apontar para determinadas imagens enquanto nos empenhamos em fazer comunicação popular, equivale a apontar para *o referente* que ela representa, para a exigência de rediscuti-lo.

Também podemos destacar aqui a questão do trabalho apontada neste artigo nas Fig. 02 e 14. Ele emerge como modo de repensar o fazer diário e os espaços de construção das relações sociais estabelecidas entre os diferentes sujeitos que ocupam o ambiente público e privado, e, que são, também, espaços de organização popular, de encontro e de convívio. Suas cenas refletem as necessidades e os interesses da comunidade *em foco* e rondam aspectos discutidos através dos processos de comunicação, como a questão a autosustentabilidade/sustentabilidade (já mencionada) e da qualidade de vida.

Embora tenhamos destacado anteriormente, que não é possível restringir todos os conflitos e manifestações do povo apenas ao universo do trabalho - Telles (2001), por exemplo, alerta que um modelo de cidadania não pode ser “definido estritamente nos termos da proteção

do estado, através dos direitos sociais, como recompensa ao cumprimento do dever do trabalho” (p.22) – temos de reconhecer que parte da problemática da expressão e, de suas manifestações, estão relacionadas a este contexto, tanto para aqueles que estão ligados diretamente a ele, quanto para os excluídos, pela própria razão da exclusão. A oportunidade de produzir e, conseqüentemente, influir de algum modo na dinâmica social, já que são poucos os outros espaços de expressão disponíveis, é através do “trabalho”. Mas está a cargo dos veículos de comunicação debater os pressupostos desse “trabalho”, seus meios, seus fins, possibilitando que os sujeitos se reconheçam neste universo e reflitam sobre sua condição.

Por fim, o lazer (Fig. 17), que corresponde, aqui, ao universo do lúdico, da fantasia, da emoção. De acordo com Peruzzo (1998), quando falamos em fazer comunicação popular, referíamos-nos, freqüentemente, ao universo já mencionado do trabalho, das dificuldades, das deficiências, dos assuntos tidos como “sérios”, e esquecemos que também são populares as canções, as brincadeiras, as histórias, a arte e o folclore. Devemos passar por esses outros caminhos se quisermos contribuir na consolidação da cultura dos diferentes grupos presentes no cenário social.

Aliás a consciência e o uso atribuído às imagens nesse processo, apontam também para uma outra postura dos moradores envolvidos, aquela que se refere ao papel do morador, e em última análise, a papel dos sujeitos imbricados no ambiente social. Podemos nos empenhar em promover uma comunicação popular, investir em pesquisas, conhecer o cotidiano, desvendar a cultura de cada comunidade envolvida, mas a eficiência dessa modalidade comunicativa está ligada, sobretudo, a ação dos sujeitos imbricados no processo. Eles, como atores dessa comunicação, devem perceber sua condição de representantes e usar os meios a que tem acesso, assim como os mediadores: não pelo privilégio de serem emissores, mas pela oportunidade de construir ou consolidar, no conjunto da sociedade, seus valores, crenças, costumes, de compartilhar informações, de expressar suas idéias, de enxergar o espaço social como um todo incoerente e, a partir desse diálogo, formar-se leitor crítico da realidade e contribuir para a promoção da justiça social.

A reflexão aqui proposta é apenas o início de uma caminhada no sentido de pensar nas relações entre comunicação e cidadania. Outros caminhos possíveis debruçar sobre a dimensão da produção de sentidos e sua relação com o espaço público hoje, em grande parte, constituído pelo campo das mídias, com o objetivo de compreender em que medida os sentidos produzidos no mundo da vida desta comunidade podem transformar ou reconstruir um lugar comum de debate sobre seus problemas e experiências cotidianas?

Referências:

- BARBERO, J. M. *Dos meios a mediações: comunicação, cultura e Hegemonia*. Trad. R. Polito e S. Alcides. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997. 356p.
- BORDINI, M. da G. e AGUIAR, V. T. *A formação do leitor: alternativas metodológicas*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1993.
- COGO, D. M. *No ar... uma rádio comunitária*. São Paulo: Paulinas, 1998.
- DAHLGREN, P. El espacio publico y los médios: Una nueva era? In: MASSON, I.V.; DAYAN, D. (comps.) *Espacios publicos em imagenes*. Barcelona: Gedisa, 1997.
- DAMATTA, R. *A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- ELHAJJI, M. Mídia convergente enquanto meio e objeto de estudo. In: WEBER, M. H.; BENTZ, I.; HOHLFELDT, A. *Tensões e objetos da pesquisa em comunicação*. Porto Alegre: Sulina, 2002. p. 117-136.
- FLUSSER, V. *Filosofia da caixa preta: ensaios para uma futura filosofia da fotografia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- GENTILLI, V. O conceito de cidadania, origens históricas e bases conceituais: os vínculos com a comunicação. Revista FAMECOS, Porto Alegre, n.19, dez. 2002, p.41 – 51.
- LOPES, M. I. V. *Pesquisa em comunicação: formulação de um modelo metodológico*. São Paulo: Loyola, 1994.
- KAPLÚN, M. *El comunicador popular*. Quito: Belen, 1985. 263p.
- KOSSOY, B. *Realidades e ficções na trama fotográfica*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.
- PERUZZO, C. M. K. *Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania*. 2. ed. Petrópolis : Vozes, 1998.
- SANTAELLA, L. *Pesquisa e comunicação*. São Paulo, Hacker, 2001.
- SILVA, E. T. *Elementos de pedagogia da leitura*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- TELLES, V. da S. *Pobreza e cidadania*. São Paulo: USP, 2001.
- VIEIRA, L. Os argonautas da cidadania: a sociedade civil e a globalização. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- VIZER, E. Metodología em la práctica comunitária: investigación, capital y cultivo social. Capturado em out 2002. Online. Disponível na Internet www.uff.br/mestcii/repant2.htm